



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Nº. 035/2024**

*(Plenária Presencial)*

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

**CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Francyne Rosa, **CEA**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**.

**CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Guilherme Furrh, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**;

**DEMAIS PRESENTES:**

Íris Cândido, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

**PAUTA:**

**1. Abertura;**

**2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;**

**3. Informes.**

31 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

32 **1. ABERTURA;**

33 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
34 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Boa tarde, pessoal. Iniciando mais uma  
35 plenária. Olá. Vamos primeiro para as comissões e depois eu entro nos assuntos, pode ser?  
36 Qual é a primeira comissão?

37 **- COMISSÃO DE REGISTROS:**

38 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:**  
39 Registro e inscrição. Hoje só foi análise e encaminhamento, marcação de visita. Na próxima  
40 semana, vou passar o endereço lá para eles. Nós vamos fazer visita quarta-feira, das 3  
41 organizações, e na quinta-feira, no horário extra, as 3 visitas com, possivelmente, a  
42 representante pela SMED. Ela vai junto e vai conseguir. No mais, as meninas trabalharam na  
43 atividade interna, a Francine organizando os processos da comissão. **Francyne da Rosa,**  
44 **CEMME:** Nós tivemos uma reunião, fizemos uma organização interna, organização do drive  
45 da comissão, e também da gente atualizar alguns documentos para o SEI: parecer, o relatório  
46 de visita e o documento de reunião para ser anexado no processo, porque são atividades que a  
47 gente faz que não tem um documento padrão. E aí eu iniciei isso, analisei 3 processos e tenho  
48 1 para passar em plenária. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**  
49 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Quer passar já?  
50 **Francyne da Rosa, CEMME:** Pode ser. Então, o processo SEI 24.0.000026390-3,  
51 **ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA BÁRBARA DA DIVINA**  
52 **PROVIDÊNCIA.** Fizemos visita no dia 9. Faltavam alguns documentos, a OSC encaminhou  
53 todos os documentos que foram solicitados: comprovante de endereço atualizado, estatuto  
54 atualizado, todos os anexos preenchidos corretamente. Constatamos na visita o funcionamento  
55 adequado. Eles estão com uma obra, lembra, né, Carol? A obra que está mobilizando bastante  
56 a equipe, mas parece que vai ter boas melhorias depois daquela obra. As crianças estavam  
57 sendo atendidas no outro dia. Então, acho que tudo tranquilo. E aí o parecer é favorável da  
58 comissão para registro e inscrição de educação infantil. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**  
59 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
60 **CMDCA:** Ok. Em votação, então. Quem é favorável, levantar a mão. Ok, **APROVADO**  
61 **POR UNANIMIDADE.** A sua comissão tem outra ou só essa? **Francyne da Rosa,**  
62 **CEMME:** Só essa. Falta o documento do outro processo. **Carolina Aguirre da Silva,**

**Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Finanças?

**- COMISSÃO DE FINANÇAS:**

**Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Sem pauta. A gente pediu uma reunião para a semana que vem com a EOF, comissão de políticas, para a gente debater a situação da instituição que está pendente, visto que é bem complexo o processo, então para todo mundo ficar alinhado. A gente pediu reunião para a semana que vem, de manhã, às 9:15. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É o processo que está bem grande, está indo e voltando 10 vezes. E aí, para poder entender, a proposta foi chamar todo mundo para poder explicar o que está faltando. Depois, eu acho que vocês podiam passar o número do processo para a gente poder ligar ali e a gente ver o que que está, poder relembrar até. Nessa reunião, eu não vou conseguir estar, mas aí vocês estão, tranquilo. Políticas? O que vocês têm?

**- COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

**Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Nós tivemos reunião com 2 OSCs, e a comissão se dividiu e analisou os 2 processos, avaliou os processos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E as 2 OSCs? **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** É a Frei Pacífico e a outra, o Júnior, a de futebol. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É isso só? Eu também tive uma reunião hoje com a instituição FECI. Eles trouxeram as dificuldades do atendimento que foi causado pela enchente. Trouxeram a questão da tristeza de não poderem ser atendidos pela resolução 087, porque, já que o termo de cooperação deles com a FASC é sem recurso, não há possibilidade de fazer um aditamento, já que não tem recurso. E aí eu trouxe para eles que a gente estava fazendo um questionamento à SMED, que foi o que eu tinha combinado com o secretário, sobre a SMED, já que eles têm educação integral, se há a possibilidade de eles solicitarem o recurso para a SMED para fazer o aditivo pela educação integral. E eu disse para eles, então, para a gente poder aguardar essa questão toda e que a gente não esqueceu essas instituições que a gente ainda não conseguiu liberar um recurso, vamos dizer assim,

ajudar um pouco mais. E que também nós estamos fazendo o edital, que é o nosso outro projeto técnico, da carta de captação que nós temos da enchente. E nós vamos fazer este projeto técnico para o edital para as instituições em que não têm parceria ou que ainda não receberam nenhum recurso. Então, também há uma possibilidade mais para frente. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E eles não se encaixam naqueles emergenciais? Não tem mais isso? Mas eu acho que, até o caso da FECI, a maior parte das atividades são em escolas públicas que eles estão. Então não faz sentido. Como é que tu vai dimensionar um projeto de emergência quando eles usam a estrutura que a maior parte são uma parceria com utilização de estruturas de escolas, mesmo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso já foi questionado. Eles não têm serviço de convivência? **Francyne da Rosa, CEMME:** Serviço de convivência eles têm. Eles têm serviço de convivência, só que é a partir de um termo de cooperação. É uma troca com a prefeitura. Eles atendem com recursos próprios e eles cedem alguma coisa para a prefeitura. É um termo de cooperação. Neste termo de cooperação, não tem recurso, então não tem como a gente fazer um aditivo. Eles cedem o espaço. Isso, não tem como fazer um aditivo de onde não tem recurso. Não, isso eu entendi, mas o que o Frei está colocando é o inverso. Se eles não têm o atendimento lá no espaço deles, não poderiam ter. Tu estás dizendo que eles têm esse atendimento no espaço deles. Pela FASC, eles têm o atendimento no espaço deles, mas não tem como fazer o aditamento. Pela educação integral, eles atendem em 5 escolas, só que daí eles atendem na escola, eles não atendem na FECI. É somente o administrativo na FECI, e essa foi exatamente a pergunta que a gente fez para a SMED. Há a possibilidade de a instituição pedir o recurso para melhorar, ou qualificar, ou reestruturar a sua parte administrativa, do aditamento da educação integral? Foi essa a pergunta que a gente fez para a SMED para a gente poder ver. Porque, realmente, como o Frei disse, o objeto deles é o atendimento na escola. E como que tu vai qualificar, ou melhorar, ou sei lá o quê, a estrutura da FECI? A FECI tem 3 projetos. Ela tem o Interagir, que são crianças encaminhadas pelo CRAS, CREAS, que vem em parceria com a FASC, pelo termo de cooperação. Ela tem o Interabilita, que são crianças com algumas necessidades especiais, que eles atendem 40 crianças com necessidades especiais na FECI. E eles têm a educação integral, que são em 5 escolas, totalizando 250 crianças. Esse primeiro configura como serviço de convivência. É o serviço de convivência, que eles encaminharam o projeto de captação aqui. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

**Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Outra questão, na mesma linha da resolução 87. Essa semana teve a reunião na FASC, né, Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Pode trazer o retorno para nós? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Tivemos uma reunião com as organizações que foram habilitadas naquele CMDCA, depois com a resolução 087 de 2024, juntamente com a equipe da FASC. Foi mais para algumas orientações para o fluxo. Então, cada OSC colocou sua situação, desde o início, como está agora, e a necessidade desse recurso. Foram esclarecidas algumas dúvidas por parte das OSCs e também por parte da equipe da FASC, que também estava muito em dúvida porque não participou do início do processo quando tivemos CMDCA, Fórum, SMED, FASC, PGE, Fazenda, etc. O CMDCA levou a proposta deste recurso chegar ou através da SMED ou através da FASC, já que, pelo fundo, a maioria não tinha carta de captação aqui, então jamais ia receber pelo fundo. Uma ou duas, sim. Então, depois do esclarecimento, foi solicitado a cada OSC enviar um requerimento de alteração de plano, para depois chegar no aditivo. Era para enviar até amanhã este requerimento para seguir o fluxo normal dos aditivos da FASC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, tá. Na resolução 87 está encaminhado. Vamos ver os próximos capítulos agora. Trouxeram para nós um note, um computadorzinho bem bonitinho, em que vai estar sendo disponibilizado para as comissões, para o conselho e para o COMUI. Está novinho em folha. E aí, agora nós vamos ter... Eles trouxeram para a gente só plugar na internet no cabo e podemos estar trabalhando. Este computador que estava sem acesso à internet, vai ser colocada também a internet, então nós vamos ter mais 2 possibilidades de trabalho aqui para a gente poder melhorar o trabalho também. Apesar de a gente sempre trazer os nossos notes para trabalhar aqui, teremos mais essa possibilidade também. Cuidem com carinho, amor e dedicação. Outra questão: seminário de ontem. Ontem nós tivemos o seminário sobre acolhimento institucional, com os conselheiros tutelares e a rede de atendimento. Eu achei o seminário muito bom. Foi provocativo. Acho que algumas questões a gente pôde ver de que não há um culpado, mas pensar que o acolhimento é a última questão mesmo. Lógico que a gente tem muito ainda para discutir e trabalhar nessas questões, e principalmente tirar alguns, como disse o Dr. Konsen, paradigmas às vezes grudados na

gente, que não querem largar de jeito nenhum, e a gente poder ver o acolhimento, o serviço, de uma outra forma. Ele trouxe uma questão muito histórica, lá desde o Código de Menores até chegar no ECA. E muitas vezes ainda, dependendo da atitude de alguém ou de algumas pessoas da rede, ainda se fala no Código de Menores. Isso é o que a gente tem que largar, ou virar esta página por completo. Senti falta dos conselheiros do CMDCA lá. Nós estávamos somente com 8 conselheiros. Nós somos 21 conselheiros. Sei que é outro dia, não era um dia que a gente trabalha normalmente aqui, mas eu gostaria que vocês priorizassem os eventos que nós fazemos, principalmente. Como agora em novembro, vai ter um outro evento, dia 27 e 28 de novembro. Então já agendem na agenda de vocês, que esses 2 dias vocês são só CMDCA. É uma quarta-feira e uma quinta-feira. Não adianta a gente fazer formações só para os outros e nós não participarmos das formações. A gente tem que estar lá na formação. Ninguém sabe tudo, graças a bom Deus. E aí, ontem no seminário, foi trazida a questão pela Dra. Mauri Augusta, de manhã, sobre o que é o acolhimento no olhar do Ministério Público. Depois foi trazido à tarde o fluxo do CRAS, CREAS e, depois, o Dr. Konsen trouxe o papel do conselheiro tutelar e também a questão da rede e proteção. Algumas questões em que eu fui anotando, só para vocês pensarem e poderem me ajudar, porque às vezes eu não consegui entender. Uma coisa que o Carlos Simões fala muito é que a rede de proteção é até as 17 horas. A partir das 17 horas, ele diz que tem somente o conselho tutelar e o DECA. O que precisaria para a rede de proteção depois das 17 horas? O que funcionaria? Que serviços a gente precisaria organizar para que esta rede de proteção existisse? Não vamos ser tão loucos de dizer que as instituições têm que estar abertas, isso não ia acontecer. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O Carlos, Carol, acha e propõe que talvez uma solução seria, em cada território, a gente ter um serviço, porque se sabe que o período mais vulnerável para adolescência e juventude é no vespertino. O adolescente e o jovem que não tem ocupação... Vamos imaginar nas periferias que nós conhecemos bem. Habitação precária de muitas de nossas crianças e adolescentes. Elas ficam nas esquinas, nas ruas, depois das 17 horas, quando encerram os serviços. Eu morei a minha vida toda e moro na Lomba do Pinheiro, e quando se vai nas áreas de ocupação, onde nem a FASC está, eles ficam na rua brincando. É um lugar de uma exposição muito grande. Se tivéssemos, e o que o Carlos defende, um tipo de atividade de cuidado, de convivência, que fosse mais lúdica, esportiva, oficinas, naquele período para poder oportunizar dentro das comunidades. Mas teria que ter, no mínimo, uma rede imaginada das 17 às 20 ou 21 horas. Por exemplo, na Lomba, lá temos a

pracinha da FASC que foi construída, que hoje está sendo gerida por uma parceria da secretaria, da SMELDS. Na Restinga, sei que também tem. Na Lomba do Jesus, também tem. Se tivesse ali uma equipe multidisciplinar mínima, um professor de educação física, um educador pedagogo, que pudesse ter atividades ocupacionais saudáveis com intencionalidade, que pudesse ocupar um pouco esses adolescentes. Agora, a rede de proteção, nós já discutimos que, para a instituição que trabalha de manhã até de noite ter um terceiro turno, tem que ter um recurso, porque, mesmo do ponto de vista da gestão, é pesado. A prefeitura, quando optou por fazer as parcerias e poder chegar nas comunidades, foi porque era economicamente mais viável, mas foi passando uma responsabilidade hoje toda, quase, para a sociedade civil. Se for para fazer, tem que ter um investimento para poder também ter uma equipe de gestão, porque, no momento que tu abres uma instituição, tem muitas responsabilidades para quem está dentro da atividade. Se acontece um acidente, tem que ter uma equipe, uma estrutura mínima de apoio. Agora, que seria importante a gente ter atividades nesse período, seria, mas tem que ter um investimento da parte do poder público municipal, de uma forma que possa dar uma atenção de fato integral com qualidade. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que até dá para pensar, com a na praça lá, uma estrutura mínima de oficinairos. Mas, pensando no serviço que a gente tem hoje, que é das 18 horas em diante, e que é o plantão de conselho tutelar com 2 profissionais, e só. O posto de saúde até as 19 horas. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Tem uns até as 22, outros até as 23 horas. Mas um serviço de apoio ao conselho tutelar nesse eixo horário. Porque, por exemplo, os acolhimentos emergenciais que ocorrem nesse momento, não vai ser encaminhado o adolescente ou a criança para o serviço do bairro vespertino. Qual é a rede que precisa? Porque acho que tem que colocar isso. Eu não posso ter toda a rede depois das 18 horas. O que precisa? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O que a Mirela colocou, você lembra quando estivemos aqui na FASC? Que às vezes um conselho tutelar, quando tem uma situação, espera chegar as 18 horas, aí vai no plantão. E agora, com acolhimento emergencial, e que muitas vezes, no outro dia seguinte, deveria retomar o caso para ver a possibilidade de achar alguém da família extensa. Deveria ser muito excepcional, uma criança perdida, situações bem atípicas nesse sentido de fogueira. E hoje nós temos a porta de entrada, que hoje é o AR7, que é o AR que hoje está compartilhado, é uma

223 execução compartilhada entre o CPCA e a própria FASC. Ali a gente acolhe. Por sinal, deixa  
 224 eu dizer para vocês que, depois daqueles ocorridos, baixou. Por que baixou? Depois, nós  
 225 estamos no abrigo, que era para 20, acho que estava... Ontem, acho que estava com 10  
 226 crianças. Na porta de entrada. Já está agora, o último mês, não sei se passou algum dia de 15  
 227 crianças. Alguma coisa aconteceu depois que a juíza perguntou... **Carolina Aguirre da Silva,**  
 228 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
 229 **do CMDCA:** É que a gente começa a falar, e aí começa a mostrar. Ontem foi ótima a  
 230 apresentação, em primeiro momento, da FASC, que eles apresentaram em 15 minutinhos o  
 231 diagnóstico ali, né? E deu muita inquietude em todos, conselheiros tutelares, a rede, de forma  
 232 geral, porque os números ali são impactantes, né? É desde 2017, se eu não me engano, depois  
 233 eu vou pôr no grupo para a gente poder ter ali. E, e aí, assim, eu acho que essa movimentação,  
 234 a discussão, a ação da juíza, tudo isso movimenta para poder rever as posições, né, de todos,  
 235 na verdade. Vou fazer até uma pergunta para ti, tu que trabalha a vida toda, a tua mãe, a tua  
 236 mãe foi conselheira... Olha bem no teu entorno ali, da Topogigio, tu conheces um monte de  
 237 famílias bem frágeis. Se tu for olhar, nós que moramos dentro das comunidades, a gente  
 238 conhece as famílias, elas são frágeis. Toda família tem uma família extensa. É muito raro tu  
 239 dizer que uma criança não tem uma avó, uma tia. Às vezes, são meio clãs familiares. O que nós  
 240 nos damos conta lá no AR7 e a FASC se dá conta, é que muitas vezes eles não fizeram nem  
 241 sequer uma diligência dentro da comunidade para descobrir. Imagina o sofrimento que é o  
 242 impacto de uma criança ser abduzida. Se ela está no mercadinho onde eu morava, na Parada  
 243 15, que era uma área de ocupação, mais de 2.000 famílias, as crianças transitavam. Eu morava  
 244 ali, eu via naquelas ruas até o mercadinho, ida e volta. Crianças... a gente não pode pensar  
 245 com a cabeça de mães de vocês que têm uma estrutura mais protetiva. Ali tem uma  
 246 comunidade que conhece as crianças. Todo mundo... se desaparece, já é um grito. E vão  
 247 atrás logo, onde está aquela criança. Ela tem vínculos e conexões que é uma realidade muito  
 248 diferente para uma mãe que cuida da criança que leva. A autonomia de uma criança de um  
 249 bairro na periferia é muito diferente dos teus de 6 anos. Então, às vezes, quando vai... por isso  
 250 que tem um acompanhamento anterior, vai o relatório para o Ministério Público, quando existe  
 251 uma negligência muito grave, a criança não tem acompanhamento na saúde, ela não está na  
 252 escola... agora estão discutindo a FICAI 4.0. É isso que a gente tem que monitorar. Aí a rede  
 253 vai saber quando tem uma criança, um caso bem grave. Essa criança precisa do acolhimento.  
 254 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**



255 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O Dr. Konsen fez uma provocação até para  
 256 seguir com a discussão sobre acolhimento emergencial com os conselheiros. E depois a gente  
 257 vai fazer essa provocação junto. Porque ele diz assim, a opinião dele, que por ele os  
 258 conselheiros não acolheriam emergencial. Porque é um trabalho, por ele, do juizado. **Frei**  
 259 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu também  
 260 acho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
 261 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Com a exceção de à noite. **Frei Luciano**  
 262 **Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Pela noite, pode-se ir.  
 263 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
 264 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Está no plantão, não tem o que fazer. Mas, de  
 265 uma outra forma, deixe o juizado fazer o papel dele, principalmente. E aí, eu acho que  
 266 amadurecendo essas questões de Porto Alegre, a gente vai, talvez, colocar cada um pouquinho  
 267 mais ainda nas suas competências, vamos dizer assim. Uma outra questão que também foi  
 268 trazida lá foi de que, por exemplo, na rede de proteção, que o PPCA, que é para  
 269 atendimento... eu não sei exatamente o que que é a sigla, todas as letreiras, mas é para  
 270 questões de ameaças. Este, ele é muito complicado o acesso, é muito difícil o acesso. Também  
 271 que o Ministério Público, que deveria estar de plantão à noite, também é muito complicado o  
 272 acesso. Às vezes se entra em contato e não se tem contato. É telefone, WhatsApp, fumaça, não  
 273 adianta. Então, são algumas questões também. Outra questão que eu acho bem interessante,  
 274 que a Sônia não está aqui, da saúde, mas também foi falado bastante dentro da saúde, de que  
 275 as crianças e adolescentes, quando elas estão no posto, não no posto, no postão, por questões  
 276 de tentativa de suicídio, a família, em algum momento, pode pedir ou ser induzida a pedir alta a  
 277 pedido. Acho que é o nome. E a família é liberada junto com o adolescente, eles vão embora, 2  
 278 ou 3 dias, uma semana depois é enviado ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar tudo de  
 279 que a família foi embora. E a família é responsabilizada por aquela situação. Teve um caso que  
 280 foi trazido lá, de que a família foi embora, sim, pegando alta a pedido, mas a criança estava  
 281 deitada, o adolescente estava deitado numas caixas de papelão e num lençol no chão. Ela tirou  
 282 foto, botou no processo, tudo mais, mas sabe, é muito complicado, a prioridade absoluta não  
 283 estava existindo em local nenhum. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:**  
 284 Aproveitando, talvez eu já tenha falado sobre a questão do medicamento. E outra questão é os  
 285 casos que, no acolhimento, têm envolvido saúde mental. Às vezes, as equipes de cuidados,  
 286 educadores, cuidam das crianças. A gente já tem as hospitalizações de crianças sem

responsável familiar, e às vezes fica um dia todo lá no plantão para conseguir um atendimento psiquiátrico quando precisa. Além do caso do acolhimento institucional, eu acho que a regulação aí da saúde podia ter um local em que pudesse ter uma atenção especial para o acolhimento quando já não tem a família. As equipes já têm contextos bem difíceis, que juntam muitas crianças com rupturas de vínculos. É um lugar, o acolhimento, de muito sofrimento. A gente tem que dar muita acolhida. E, às vezes, a equipe é impotente. Já aconteceu num período, lá no AR7, na porta de entrada, nós termos 4 crianças internadas. Tu imagina, 24 horas por dia, tu tem que manter... a equipe já tem, normalmente, por plantão, 4 educadores. Tu tiras já do teu quadro de funcionários, cada plantão tu tem que tirar 4 profissionais para poder acompanhar. E tu não tem a garantia de ficar no mesmo hospital. Às vezes, é um hospital lá na Restinga, é no Presidente Vargas, é no Clínicas, e tu tem que ter um educador 24 horas, que é um custo altíssimo. No final, a FASC aceitou, nós contratamos uma “mão-que-ampara”. Mas daí, também a gente viu que não é o ideal, porque não tem o vínculo. São pessoas que trabalham lá, é o bico que ela faz, ela ganha R\$ 150. Às vezes, não é bem adequada no cuidado com a criança. Então, é muito complexo. A gente deveria ter, da parte do município, uma porta melhor qualificada para o acolhimento, visto que essas crianças já são vítimas, estão no espaço de proteção, mas já são vítimas porque têm não garantido o seu direito à convivência familiar e comunitária. E aí, na saúde, passa de novo... **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Outro assunto que a gente já discutiu aqui no conselho, e ontem eu vi que os conselheiros ficaram um pouco mais pianinhos, é a questão do acolhimento emergencial. Foi bem simplificado ontem. E o grande número. Eles já têm uma comparação ali, o acolhimento institucional e o emergencial. O emergencial está mais além. As técnicas da FASC até mostraram os motivos. Que às vezes, também falou que tem acolhimento emergencial que não deveria ser. Pelo menos eles reconheceram, os conselheiros reconheceram isso, que não debateram tanto. Aguentaram ali. E outra preocupação é a questão dos acolhimentos de recém-nascidos. Está alto. Acho que ela mostrou lá, parece que a cada 3 dias uma criança... 130 e tantos. E, geralmente, de... Antes era 10, 12, né? São vários motivos. É uma questão também que a gente tem que se preocupar, tanto nós, como geralmente a parte da assistência social com essas mães que não têm suporte, talvez, ou necessita. O João falou, João do Portão, falou pelas OSCs do acolhimento. O pai, né, que o Palmeira, pediu ali, então ele falou da situação, disse que o conselho... "Ah, mas a gente, de noite, é só o conselho tutelar". O João disse: "Não, as OSCs atendem também, nós

319 somos 24 horas. O telefone toca toda hora. Os educadores não dormem. É telefone aqui, tem  
 320 que levar uma criança para o médico, outra está passando mal. A gente não dorme. É toda  
 321 hora tem que estar atento, né?". Então, é um serviço que, como o Frei já falou, é 24 horas  
 322 também no ar. Às vezes tem crianças que dormem, outras não. Tem as atípicas agora que estão  
 323 dentro do acolhimento. São essas problemáticas que a gente tem que debater. A Mauvine,  
 324 aquela do Cruzeiro, conselheira. Paulo, tem que fazer mais formação. A gente já tem um  
 325 calendário de formação para o CT. E a Carol falou hoje que a gente estava falando que, de  
 326 todos os conselheiros tutelares... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
 327 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que  
 328 foi 50% dos conselheiros tutelares. Essa é uma questão também que é importante a gente falar,  
 329 né, Paulinho? Porque os conselheiros, eles foram convocados, os conselheiros tutelares foram  
 330 convocados e liberados para ir. A formação era, inclusive, para eles. E aí, então, foi feito a  
 331 convocação, foi colocado o plantão. No plantão tinham 2 conselheiros, na noite anterior  
 332 tinham 2 conselheiros. Então, digamos que 4 conselheiros não poderiam ir. São 50. Todos os  
 333 demais deveriam estar lá. Talvez tivesse 50% dos conselheiros. Tinha um grupo bom, mas não  
 334 só de conselheiros tutelares. Mas, a gente já conversou também com a UAF, de que estes  
 335 conselheiros que não foram, em nenhum momento, eles possam estar recebendo uma  
 336 notificação para que eles possam estar também justificando ou não o que aconteceu de eles  
 337 estarem convocados e liberados para estar no momento de formação, que é algo que é  
 338 importante e solicitado por eles, e eles não foram. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**  
 339 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É tão estranho, porque se reclama tanto da falta  
 340 de formação, e no dia que tem um seminário de tão alto nível, que o conselho buscou apoio  
 341 para justamente contemplar um espaço agradável e bom, não vão participar. Já é estranho. A  
 342 Dra. Maria Augusta, de tarde, abriu a porta para eles. E até do pessoal para certos casos,  
 343 qualquer caso que eles tiverem, se pôs à disposição. Parecia uma parceria ali da promotora. Ela  
 344 estava substituindo uma outra, mas disse: "Não, vocês têm meu telefone, a gente se vira,  
 345 vamos conversando". **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**  
 346 **Presidente do CMDCA:** E a Dra. Cinara também, mesma coisa. Os conselheiros têm o apoio  
 347 dessa promotora aí. Ah, o do judiciário, o juiz é de outro patamar, outro recado. É difícil até  
 348 eu, como promotora, chegar no judiciário. Mas vamos tentar. **Carolina Aguirre da Silva,**  
 349 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
 350 **do CMDCA:** Então, talvez do CMDCA, através do Paulo ali, para a coordenação dos

351 conselhos tutelares, talvez uma notinha, né, que seja de estranhamento, mas de um estudo mais  
 352 da participação... **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente**  
 353 **do CMDCA:** O CMDCA mandar uma nota para a coordenação dos conselhos e nós, como  
 354 conselheiros, sentimos a falta da participação massiva, em maior número. **Carolina Aguirre**  
 355 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
 356 **Presidente do CMDCA:** Eu acho que é válido também. E também, a gente fazer uma  
 357 aproximação, do juizado, do Ministério Público. E, realmente, foi falado a dificuldade de  
 358 acesso ao juizado, mas eu acho que também cabe ao conselho, nós, conselho, a fazer esta  
 359 aproximação. Nós, como conselho de direitos, fazer essa provocação para a gente poder unir e  
 360 uniformizar, talvez, né? Ou estreitar, não sei qual é a linha, mas a gente poder trabalhar um  
 361 pouquinho mais essa aproximação. Eu acho que a gente solicitar uma agenda para a gente  
 362 poder fazer essa aproximação. E aí a gente conseguir falar a questão de dificuldades da rede.  
 363 Tanto na questão de acolhimento, no fluxo do dia a dia. Uma outra questão que foi trazida,  
 364 que é uma questão que a gente já falou aqui também, são os jovens que cumprem medidas  
 365 socioeducativas. E aí, até, eu queria ver com a Letícia, se a FASC tem este levantamento de  
 366 quantidade de adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas. Porque parece que  
 367 sumiu da cidade. E aí, a gente não sei como é que está este número, se aumentou, se diminuiu.  
 368 Às vezes pode ser que, na região, não se tenha tanto. Porque isso também foi trazido, de que,  
 369 às vezes, o juiz entende que não precisa cumprir medida. Vai direto para o acolhimento. Não  
 370 precisa cumprir medida, vai direto para a FASE. E é um direito também que é cumprir a  
 371 medida socioeducativa, antes de uma questão maior. E aí, ao mesmo tempo, teve também  
 372 decisões de juiz que foi trazido ontem lá, de que se entendeu que não era de FASE, e mandou  
 373 acolher. Teve um exemplo de que o menino tentou matar a namorada. E aí foi solicitado que  
 374 fosse para a FASE. E a juíza disse que não, era acolhimento institucional. Só que o  
 375 acolhimento institucional não tem nada a ver com FASE. Não é medida socioeducativa, não  
 376 é... São, são núcleos diferentes, são questões, são serviços, são, são tudo diferente. Então,  
 377 acho que essas questões a gente tem que trabalhar um pouquinho melhor. **Frei Luciano Elias**  
 378 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É que acontece, Carol, que o  
 379 adolescente, para caso de ato infracional, tem que ter conduta. O da medida, às vezes, a família  
 380 fica... não tem um apoio dentro da comunidade, uma política ali para poder mediar as  
 381 contradições. E aí, o limite entre um ato infracional, que é de menor potencial ofensivo, e uma  
 382 medida protetiva, estão andando juntos. Às vezes, já aconteceu, a gente tem relatos lá no

abrigo, que o próprio conselho tutelar aplica, como uma punição, colocar a criança no acolhimento institucional para a família, como uma punição. Uma proteção. É uma total distorção do que é a medida no acolhimento institucional. Mas, agora, o que também se viu ano passado, uma discussão, até convidei a Ana Paula de Mota da Costa, que é hoje a coordenadora do curso de Direito da Universidade Federal. Conversei com ela semana passada, que, no ano passado, ela foi entrevistada, vocês viram que saiu uma matéria bem grande na Zero Hora, houve no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, um decréscimo muito grande do número de jovens em conflito com a lei. Então, tem muitas especulações. Lá na Lomba, por exemplo, na rede em que eu estudei, muitos casos eles encaminhavam para a Brigada Militar, os conflitos que aconteciam dentro da comunidade. Há um descrédito um pouco da justiça, que uma das hipóteses. E, muitas vezes, tem uma violência da parte de alguns agentes como corretivo. Não levam porque, às vezes, levar para o DECA significa um tempo bem grande de gasto. Eles entendem que o DECA depois vai liberar e não vai dar nada. São coisas que a gente escuta. Escutei já de escolas, que adolescentes reclamam de uma ação truculenta de alguns agentes da segurança, da Brigada. Mas, é que, certo, é que diminuiu muito. No PENSE, hoje, eu não sei no nosso território, tem pouquíssimos casos para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. E mesmo na internação também está diminuindo drasticamente. Eu não sei hoje quantos têm, se tem 500 e poucos no estado todo. É muito. Chegou a ter 3 vezes mais, naquele polêmico. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E eu acho que é, Frei, o Doutor Konzen trouxe no histórico dele, achei fantástico, ele dizendo que, de uma certa forma, quando se iniciou tudo, era mato. De forma bem grosseira dizendo, era tudo mato. E hoje, é o que nem foi pensado, a estrutura hoje é. Então, ainda tem problema? Tem, mas é muito melhor do que era antes. Foram criados programas, serviços, estratégias, locais. Foi criado para poder atender uma demanda em que antes nem era contabilizada, que é a criança e o adolescente. Então é bem interessante a fala. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Vocês se lembram do Afonso Konzen? Ele presidiu a Febem um pouquinho antes de ela virar Fase. Quantos anos que a gente não escuta mais um motim dentro da Fase? Há anos que a gente não escuta mais, mas acontecia todos os anos. Era muito diferente. Então, mudou muito também o caráter. O que também me preocupa um pouco, por exemplo, nos territórios, nós temos 2 unidades, é como o tráfico está violento. Nós, no ano passado ou foi neste ano, um dia, 4

415 adolescentes entraram armados dentro do espaço de convivência, procurando um outro jovem.  
 416 Jovens de 14 e 15 anos armados dentro do nosso espaço. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**  
 417 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
 418 **CMDCA:** Ele trouxe, não sei se foi a Doutora Maria Augusta ou se foi no Crai, agora me  
 419 perdi, mas elas trouxeram exatamente isso também da questão do tráfico e que os conselheiros  
 420 também trouxeram. De que, por exemplo, tu tens uma situação de tráfico com um adolescente.  
 421 Aí tu tira o adolescente da comunidade, faz o acolhimento, sei lá, tu protege aquele  
 422 adolescente. O pessoal do tráfico chega, se não encontra o guri, é capaz de eles acabarem com  
 423 toda a família. Então, o quão trágico está, na verdade. É muito maior do que proteger, às  
 424 vezes, só a criança e o adolescente. Tem que proteger toda a família também. Então, isso aí é  
 425 uma questão bem séria. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**  
 426 **Assis – CPCA:** Na comunidade onde nós temos o projeto, que o Carlos conhece, a Casa de  
 427 São Francisco da Lomba do Pinheiro, em 2015, quando uma facção nova assumiu lá, 18  
 428 famílias em 2 semanas tiveram que abandonar totalmente a comunidade. Tinha alguém  
 429 envolvido com o tráfico da família, sumariamente expulsos. E eram famílias pobres, imagina. O  
 430 que é o frágil para as crianças, adolescentes e famílias nesse contexto? Então, ao mesmo tempo  
 431 que tem menos internação, eu acredito que tenhamos muito mais jovens hoje nas bocas do  
 432 tráfico que não têm policiamento. Por exemplo, eu tive uma reunião semana antepassada com  
 433 o comando da Lomba do Pinheiro. À noite, na Lomba do Pinheiro, quem conhece, talvez seja  
 434 o Paulinho, tem 1 viatura e 2 policiais para aquela noite toda. A gente disse: "Olha, tomara que  
 435 ninguém saiba na comunidade que tem só esses 2". O comandante falou. Agora estamos com 2  
 436 porque adiantou as férias de 1 e 2 estão de afastamento. Como é que tu mantém um território  
 437 do tamanho da Lomba, que lá do início até o fim são 12 km? É da Restinga, vai até a Restinga.  
 438 1 viatura. Daí ele falou: "Olha, quando dá uma emergência, alguém liga, vem do Partenon ou  
 439 da Agronomia para ajudar". Mas para vir ali, quanto tempo leva já? Então, é melhor que a  
 440 comunidade nem saiba, porque a sensação de segurança fica muito distante. É verdade.  
 441 **Luciane Escuto, Instituto Leonardo Murialdo:** Eu acho que tem uma questão que o  
 442 Conselho também tem que pensar nos territórios o que está acontecendo. É que, na verdade,  
 443 os adolescentes estão tratando do negócio da família, né? Porque muitos pais, tios e coisas  
 444 assim. Ao mesmo tempo em que o adolescente oferece perigo à família, tem adolescentes que  
 445 estão levando o negócio da família à frente, né? Como já aconteceu em vários casos. E isso eu  
 446 acho que é o mais complicado ainda, porque tem alguns que a gente vê que tentam fazer um

447 movimento diferente e que muitas vezes tem aquela taxaço, aquele estigma de que a família  
 448 mantém, então vamos fazer dessa forma. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria**  
 449 **Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** A gente está  
 450 fazendo um trabalho aí nas últimas semanas com colegas da Smelj, ali da juventude, e aí alguns  
 451 dados são bem impactantes. Quantos jovens se alistam em Porto Alegre por ano? Eu não  
 452 imaginava que chegava a 8.000. Quantos servem? 1.000. Quantos sobram? 7.000. Quantos se  
 453 empregam? Não tenho o dado. Aí, acessando as colegas da primeira CRE. Quantos alunos,  
 454 adolescentes e jovens, nós temos em Porto Alegre? 26.600. Quantos não evadiram? Não temos  
 455 esse dado. Aí, depois a gente começou a procurar as empresas contratadas pela prefeitura. Das  
 456 empresas contratadas pela prefeitura, quantas têm mais de 1.000 funcionários? A maioria.  
 457 Exemplo: Contravipa, 3.000 funcionários. Quantos jovem aprendiz ela tem? Nenhum. Então a  
 458 gente tem bastante coisa para crescer de programas e de investimentos aí na área da  
 459 adolescente e do jovem. Amanhã tem a mostra de trabalho educativo lá no SET, das 14h às  
 460 17h. E aí acho que é uma coisa pra gente pensar no nosso plano do CMDCA que está vigente,  
 461 como é que a gente faz para colaborar com essa gurizada aí, adolescente e jovem de 16, 18  
 462 anos, que não serve? Como é que a gente faz para incluir eles na escola e também no mercado  
 463 de trabalho? E outra coisa que a gente descobriu também é: aí a gurizada que consegue  
 464 concluir o ensino médio, qual é a preparação para a prova do ENEM? Aí tem, no YouTube. É  
 465 uma oficina no YouTube. Aí a gente pesquisou com as outras capitais, o melhor programa é  
 466 do Distrito Federal. Tem um programa que se chama Bora Vencer, que são oficinas presenciais  
 467 com 1.000 jovens nos meses antes da prova do ENEM. Eles preparam o jovem das periferias  
 468 para passar. E é tudo gratuito, bancado pelo governo municipal. **Carolina Aguirre da Silva,**  
 469 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
 470 **do CMDCA:** Aqui em Porto Alegre nós tínhamos pré-vestibulares gratuitos, lembram? Não  
 471 lembram por onde que era? Tem vários. Eu me lembro de um que era voltado aos quilombolas,  
 472 umas questões assim, algumas. Mas eu não me lembro quais eram as instituições que faziam.  
 473 Os partidos, os maristas também teve uma época, em algumas comunidades. Lembro umas  
 474 coisas assim, mas é bem gritante. E aí, então, entrando no outro seminário. Entrando no outro  
 475 seminário de novembro, as datas 27 e 28, então, já deixem reservadas. O seminário é o  
 476 programa Ser Criança, já está lá no grupo do WhatsApp que eu já coloquei para vocês. Então,  
 477 hoje de manhã nós tivemos reunião com o pessoal do Ser Criança. Eles vão estar trabalhando 4  
 478 dimensões. Aspectos de violência, cultura da paz, teoria do apego e escuta ativa. Então, cada

tema desses é um turno, e aí eles trabalham uma parte teórica, um intervalo e depois uma parte mais prática. Então, cada turno vai ser dividido dessa forma. 27 e 28 de novembro. Já está no grupo. Já está lá no grupo umas capturas de tela de e-mail e com o material que a gente já tinha recebido. Aí depois eu vou mandar, agora, assim que a gente receber, eu mando o folder, as inscrições e tudo mais para a gente poder fazer as inscrições. As inscrições vão ser de forma padrão, por um QR Code que vai ser enviado por eles. A mídia também vai ser enviada por eles, que é o padrão também, porque é um requisito do governo federal, algumas questões que se tem. E aí nós pedimos para ver a possibilidade, então, da gente fazer uma apresentação cultural no primeiro e no segundo dia, logo de manhã. E aí eu queria ver se alguma das instituições aqui já pode se candidatar ou indicar. É lá no Projeto Pescar, dentro do Shopping Total. E aí se alguma instituição teria alguma apresentação cultural e a gente já poderia estar escolhendo ou a gente larga para as instituições na reunião do Fórum para eles poderem estar escolhendo. Lembrando que o tema é voltado para a primeira infância, mas, ao mesmo tempo, nós temos todas as idades, não só a primeira infância. Agora eu vou ser a malvada da história. Conselheiros do CMDCA é os 2 dias. Não é possível fazer só um dia porque o evento é os 2 dias. Mas o conselheiro que só puder ir num dia, a instituição que mande outro no outro dia. Vai ficar prejudicado o certificado só, mas está bem. Isso é cada um. Aí, assim, vamos mandar a convocação. Exatamente, a gente vai mandar a convocação para as instituições para o conselheiro, para poder já ser liberado ou os 2 dias ou a instituição se fazer presente nos 2 dias. Aí se a instituição quiser mandar o A, o B ou o C, pelo menos compareceu. Tem o shopping ali embaixo. Olha só, nós tínhamos uma dificuldade com o coffee, porque até então, a gente já tinha agendado, só que a gente achou que novembro não fosse chegar. E aí chegou. Então a gente não tinha pedido coffee, nem feito todas essas questões. O próprio espaço do Projeto Pescar, eles vão ceder o coffee para nós e vão ceder toda a mídia, todo o espaço para nós também nesses 2 dias. Acho que isso é bem válido também. E preparem-se que terão jogos. É verdade, tem jogos de tabuleiro, como está ali no material que eu passei para vocês. Tem jogos de tabuleiro também em cada parte teórica. Eu acho que é interessante para poder dar uma arejada, às vezes, também. Uma questão também que a gente estava falando é que depois tem um grupo focal que são mais ou menos 15 pessoas em que vão estar se reunindo para ver este programa, o que Porto Alegre poderia fazer. Então, daí depois a gente tem que escolher alguns conselheiros do CMDCA, penso alguns conselheiros do CT e aí a gente vê instituições e também o restante da rede para a gente poder fazer um trabalho em conjunto.



511 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Vai vir  
512 dinheiro junto? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
513 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. 15 no focal. Esse seminário,  
514 ele é uma emenda federal. Não, não é uma emenda federal, eu confundi. Este seminário, essa  
515 instituição, ela ganhou dentro de outras instituições que estavam para fazer uma capacitação  
516 nas cidades deste programa Ser Criança. E aí, então, aqui na região sul já estão em 27  
517 municípios, alguma coisa assim. 20 e poucos municípios aqui já no sul. E aí eles têm que, a  
518 intenção deles é fazer em quase praticamente todos os municípios do Brasil. É um recurso do  
519 governo federal para ser implantado ou para ser feita essa capacitação para a primeira infância.  
520 É, é pago, lógico que é pago. Nós não vamos pagar nada. Eles participaram deste edital via  
521 governo federal para fazer a capacitação nas cidades. Eles estão ganhando. São 140 vagas, tá?  
522 Então, a princípio, no último seminário de ontem, nós tínhamos inscritos 120, 130. Acho que  
523 vai ser bem tranquilo as vagas em que a gente tem. Tem que se inscrever. Vai vir o link  
524 direitinho para a inscrição, tá? Ainda não. Hoje que a gente fechou. Então, assim, acho que vai  
525 ser bem interessante. Depois ficamos, então, de ver a questão da apresentação cultural. Aí,  
526 então, ficamos de definir a apresentação cultural, tá? E também foi solicitado pelo espaço, que  
527 é o Projeto Pescar, nesses dias eles vão estar fazendo a inauguração deste novo espaço. E aí,  
528 então, eles cederam esses 2 dias para nós dentro da programação deles. E o que foi solicitado?  
529 Foi solicitado que eles teriam uma palestra com a Ana Paula Mota da Costa. Eles teriam uma  
530 palestra de mais ou menos 1 hora, 2 horas, ou bem maior. Mas que ela falaria um pouquinho  
531 sobre a juventude também. E aí eu perguntei se há a possibilidade da gente colocar junto no  
532 cronograma. E aí a gente vê se vai ser possível também, mas eu acho que vai ser possível, tá?  
533 Ela ficou de me trazer um retorno até sexta-feira. Alguma pergunta mais sobre o seminário?  
534 Sim, vão ter que fazer. Aberto para a rede, conselhos tutelares. Eu botei aqui, ó: calendário 24  
535 e 25, eu já coloquei aqui. Tá? Vamos lá. Então, sobre o seminário, ok, né? Foi. O calendário,  
536 então, de 24, finaleira, tá? Vamos só ver, gente, porque eu estava vendo assim, aqui já não tem  
537 mais nada, né? Então, assim, nós estamos. E agora, novembro, então, se 27 nós vamos ter  
538 seminário, já não tem plenária, né? Então, nós temos 6, 13 e 20 em novembro. 4 e 11. Então,  
539 já vou propor para vocês que a partir da semana do dia 20, nós começamos já a fazer plenária  
540 de 15 em 15 dias online em janeiro e fevereiro, tá? E aí retornamos presencialmente em março.

541 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E como é  
542 que a gente vai eleger a presidência na primeira plenária de janeiro? Não pode ser online.

543 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
 544 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aonde eu disse? Se tivesse que ser presencial  
 545 lá na pandemia... A partir do dia 18 de dezembro, tu já começa online. 18 é a última presencial.  
 546 E aí depois, de 15 em 15, online. E aí, sendo a primeira, a próxima seria dia 8 com a eleição. A  
 547 gente fala que tem que ser feito porque faz parte do rito. A primeira plenária do ano se elege o  
 548 presidente e vice. Essa presencial? Não, é online também. E aí... Então, assim, vamos por  
 549 partes. Até aí, tranquilo? Alguém tem dúvida de quem tem que ser presencial ou não a primeira  
 550 reunião? Não, porque não está no regimento. Também, outra questão. Gostaria muito que a  
 551 gente pudesse vencer ao máximo os processos que estão nas comissões. Então, nós temos 5  
 552 plenárias, mais ou menos, para a gente vencer os processos. Principalmente, comissão de  
 553 políticas e finanças, pensando nas captações de recurso agora no final do ano. **Paulo**  
 554 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Carol,  
 555 perdão, eu estou fora há 90 dias, voltei agora. Não era melhor a gente resgatar o nosso  
 556 OPzinho primeiro? De dinheiro que já foi separado para fazer a mobilização dos 10 territórios  
 557 do conselho tutelar para ver o que a gurizada também está indicando? Nós temos meio milhão  
 558 parados não sei aonde, certo? Existe. Nós aprovamos em resolução R\$ 500.000 ano passado.  
 559 Nós escrevemos o projeto, o Paulinho, o Everton, eu e o grupo. Tem lá o projeto. Aí veio a  
 560 enchente e parou tudo. Mas está desde setembro do ano passado parado. Eu acho que primeiro  
 561 a gente tem que resgatar o nosso OPzinho, porque essa é a ferramenta da cidade desde 89. Só  
 562 quero trazer de volta o dinheiro do OPzinho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
 563 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, isso  
 564 está lá, não tem problema. Está dentro dos 53. Porque é assim, o que eu penso? Que a gente  
 565 pensa que precisa ter um levantamento de dados que se tem em Porto Alegre, ou que não se  
 566 tem em Porto Alegre, mas é um levantamento de dados. E a partir deste levantamento de  
 567 dados, que daí é: olha, lá na Restinga se constrói arranha-céus, umas 10 torres de prédio, mas  
 568 não se pensa que lá com aquelas pessoas vai criança que precisa de escola, que vai adulto que  
 569 precisa de posto de saúde, que vai não sei o que, que precisa de linha de ônibus. Então, fez um  
 570 a mais. E também da mesma forma, se for pensar em exploração sexual e trabalho infantil,  
 571 ainda temos os dos trens, da linha do trem. Ainda temos a questão da Ipiranga e o Carrefour, a  
 572 Intercap. Então nós temos algumas questões em que já é histórico, vamos dizer assim, já se  
 573 sabe, mas que a gente precisa talvez ter este diagnóstico, e a partir do diagnóstico a gente  
 574 poder pensar em quais políticas mais gritantes a gente vai enfrentar primeiro. Ou a gente pode

575 já não fazer o diagnóstico como a gente estava pensando, e fazer o levantamento de dados, e a  
 576 partir do levantamento de dados a gente procurar que dados a gente não tem. **Paulo Francisco**  
 577 **da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Aí eu acho que seria  
 578 até mais fácil. A gente não está buscando essas informações há anos? Vou pegar na minha  
 579 secretaria, a Governança Local, que agora tem um colega que é adjunto do Lucas, secretário  
 580 Lucas. Todo ano tem o orçamento participativo aquele tradicional. Aí na temática da  
 581 assistência social, todos os territórios indicam o que deveria ter. Aí peneira, peneira, peneira,  
 582 ficam 2, 3 coisinhas. Se for pegar o borderô todo de todas, vai aparecer esse diagnóstico. O  
 583 que está faltando para a criança e o adolescente em todos os territórios? Vai aparecer ali.  
 584 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
 585 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Talvez se a gente pegar até o diagnóstico das redes? **Paulo**  
 586 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Também.  
 587 Também vai aparecer. Do OP, das redes, de todos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
 588 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Porque  
 589 talvez seja alguns cruzamentos em que tenham que ser feitos. A gente pode levar na reunião  
 590 com a procuradora ou não levar esta questão do diagnóstico. Só que, novamente eu reforço:  
 591 nós temos que fechar a forma e o que queremos para poder avançar. Se não fechar a forma e o  
 592 que queremos, não avança. Como a gente pode fazer? Vocês, Carlos e Lu, reúnem os  
 593 documentos, os dados? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**  
 594 **Presidente do CMDCA:** Eu acho que são duas coisas. Tecnicamente, eu e a Lu podemos ir  
 595 atrás das informações, pegar esse SEI e também começar a fazer o pedido para as unidades da  
 596 prefeitura suprirem rapidamente com as informações. Dá para pedir apoio para o secretário  
 597 Gelson, da SMCSEG, porque o colega do ObservaPOA está trabalhando com o Aragon há  
 598 alguns meses e a gente pode pedir para ele ficar conosco essa semana, que é o Enguer. Agora  
 599 tem coisas que a gente vai ter que conversar com o secretário da pasta aqui do CMDC,  
 600 porque, que nem lá na Governança Local, o Cassio decidiu que nós precisávamos ter 88 hortas  
 601 comunitárias na cidade. E o procurador não vai nem dizer A, nem B, muito menos C. É uma  
 602 política municipal que tem que ser implementada. Ponto. Deu. É isso. E aí são investimentos  
 603 de R\$ 2 milhões que a gente está fazendo. Tem que existir. As pessoas precisam viver. Se não  
 604 pode ter criança na rua, não pode ter criança violada, não pode ter criança em situação de  
 605 trabalho infantil, tem que estar na escola, tem que estar na família. O que tem que ter? Política  
 606 pública. É só investir com creche, investir por diversas escolas, que é educação infantil. Ponto.

607 Cadê o dinheiro, cadê as unidades, cadê os prédios, cadê o atendimento? Não dá para ir muito  
608 longe, Carol. Nós vamos ter que ter a defesa política da pasta do conselho. Eu acho que é bem  
609 na questão, então, da gente poder definir ou delimitar o que a gente quer. O que a gente quer é  
610 isso, o cumprimento do ECA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
611 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É. Agora tem que colocar  
612 no papel. Se não for possível a gente levar para a reunião do dia 11 com a procuradora, a  
613 gente leva outros textos de edital para a gente poder ir tocando. **Carolina Aguirre da Silva,**  
614 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**  
615 Eu vou botar no grupo ali para vocês. É a proposta que eles fizeram para a gente. Não é  
616 aquele. É uma proposta de pesquisa. É, depois eu mando para vocês, que eu tinha mandado já.  
617 Vai para mim lá no da manutenção. O Frei não está mais aí, não dá para falar da aprendizagem,  
618 que é eles que vão tocar. Mas vai no da manutenção ali, por favor. É esse aí. Amplia, por  
619 favor, e pode subir. Essa parte de apresentação e a justificativa a gente vai ter que melhorar,  
620 porque está meio complicado para o entendimento ainda. Mas pode subir. Aí. O que foi a  
621 partir daí que eu apresentei para a procuradora, que o texto anterior não estava legal para ser  
622 apresentado ainda, a gente tem que construir melhor. Aqui, por exemplo, os objetivos gerais, o  
623 geral, no caso, a gente tem que também escrever, que a gente estava conversando, eu e a  
624 Carol. Que estranho. Mas a gente estava conversando de como fazer algumas questões e aí ela  
625 pensou também ali. Então, não é ampliar o atendimento, a gente vai qualificar o atendimento  
626 também, de criança e adolescente nas regiões, na cidade, por meio do atendimento das  
627 diferentes políticas. Também manutenção e melhoria das estruturas e serviços ofertados à  
628 criança e adolescente e qualificar o atendimento existente à criança e adolescente na cidade de  
629 Porto Alegre. A gente trouxe o exemplo da questão de PPCI, que é um grande complicador. O  
630 que a procuradora sugeriu é que a gente pudesse estar dividindo aqui a questão entre atividade  
631 e projeto. A gente conversou e aí ela entendeu de que a grande diferença das instituições, eu  
632 disse para ela que, ela disse assim: “Ah, mas aí vocês vão ter, é para consertar o telhado”. Eu  
633 disse para ela assim, a gente tinha um hábito de fazer um edital e as instituições vinham lá:  
634 “Ah, quero consertar o meu telhado”. E aí a gente não tem esse recurso para consertar esse  
635 telhado. A gente tem uma resolução agora para qualificação dos espaços, então a gente tem  
636 que pensar como fazer pela 13.019. E aí ela disse assim: “Então, vamos fazer atividade e  
637 projeto, pensando a atividade como uma questão realmente complementar ao serviço que  
638 vocês já fazem”. E aí seria interessante vocês colocarem ali o quanto que custa o serviço e

639 quanto que vocês recebem. Digamos, o serviço custa 10.000 e vocês recebem 8. Então falta  
640 2.000, que seria aportado por esse edital. Aí eu disse assim: “Só que aí que está, doutora, se a  
641 prefeitura passa 8, a gente faz com 8. A gente não vai ter esses outros 2.000”. Agora, a gente  
642 deixou de fazer algo porque se a gente tivesse 2, 10 ou qualquer outro valor, a gente  
643 qualificaria muito mais. Então aí eu dei um exemplo para ela. Por exemplo, assim: “Eu não  
644 consigo lá para as minhas crianças comprar peixe para todas as semanas. Eu priorizo o  
645 guisado, priorizo o frango, priorizo o mais barato. Mas se eu tiver um dinheiro a mais, eu vou  
646 comprar peixe para todas as semanas para as minhas crianças”. E ela: “Ah!”. Sabe? Então, às  
647 vezes um exemplo simples, mas é uma questão pertinente. E aí também, se tu me dá 8, eu faço  
648 com 8. Se tu me dá 10, eu melhora a minha comida, melhora o meu espaço. **Paulo Francisco**  
649 **da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Mas vai vir, porque  
650 ela nos disse ontem na abertura da formação lá com o Rui, que é: não me adianta tu me pedir  
651 dinheiro do fundo do conselho para consertar um telhado, porque isso não é o objeto do  
652 projeto. Então, nós temos que embasar os nossos representantes das organizações com  
653 certificado de captação ou que vão participar de chamada pública com a questão da segurança  
654 alimentar e nutricional. É uma legislação nacional, estadual e municipal. Tu tem que saber que  
655 elas existem, tu tem que saber citar os artigos da lei, os parágrafos, para poder embasar que  
656 precisa ter peixe todos os meses do ano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
657 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, isso  
658 está bem claro para nós também. Por mais que seja. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa**  
659 **da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Para nós. Para as entidades não sabe. **Carolina**  
660 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
661 **(Topogigio) – Presidente:** Não, ainda não. Está indo aos poucos. Mesmo após as instituições  
662 fazerem qualificação, que agora dia 7 vai ter um seminário, e eu vou estar participando, tanto  
663 instituição quanto CMDCA, mas mesmo assim ainda as instituições apresentam projetos aqui,  
664 muitas vezes com problema. Nem falando de projetos antigos, falando de projetos novos.  
665 Ainda apresentam com problemas de colocar realmente o objeto como o telhado, e não o  
666 objeto como a criança, o atendimento e toda essa questão. **Paulo Francisco da Silva,**  
667 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E essa questão alimentar, eu  
668 acho que se o Banco de Alimentos, e é verdade, eles estão nos dois conselhos, tanto no  
669 COMUI quanto no CMDCA, eles entram, apresentam projetos, querem captar e captam super  
670 bem. E depois as instituições que se inscrevem no Banco de Alimentos recebem

671 assistematicamente os insumos no seu endereço e mais o cardápio fornecido pelas  
 672 nutricionistas. Se eu sou a SENCOR ou a APAE, quando eu quero comprar peixe, eu deveria  
 673 apresentar esse documento que o Banco de Alimentos me levou, onde aparece o cardápio e a  
 674 necessidade da alimentação correta. Só que isso não aparece. E aí a procuradora não sabe. Ela  
 675 sempre fica achando que as instituições querem alguma outra coisa. E acho que é isso que não  
 676 está ficando claro nesses projetos e nos planos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
 677 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É. Eu acho  
 678 que de tudo um pouco. O Banco de Alimentos, por exemplo, eles não entregam o cardápio.  
 679 Eles fazem somente a doação dos itens. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
 680 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eles entregavam antigamente. **Carolina Aguirre**  
 681 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**  
 682 **Presidente:** Não entregam mais. A minha vida toda não entregaram. O Mesa Brasil, sim. O  
 683 Mesa Brasil até é mais disponível nesse ponto. O Banco de Alimentos, eles fazem, na verdade,  
 684 alguns programas, como Cozinha Nota 10, fazem visita na tua cozinha, fazem orientação,  
 685 fazem formação, mas o cardápio propriamente dito, não. Oficinas, eles fazem, até para nutrir  
 686 com todo o corpo. Mas o que eu acho assim, de que a gente atendeu, por exemplo, uma  
 687 instituição hoje. A instituição, o projeto deles era de 2021. Eles queriam a aquisição, eles  
 688 queriam colocar uma pracinha com brinquedo, com atividades de ginástica ao ar livre. E eles  
 689 colocaram no projeto deles a aquisição de uma pracinha para o ar livre. É este o projeto deles.  
 690 Aí, quando chegou agora na vez de resgatar o recurso, barrou. Claro, porque eles não falaram  
 691 o que a pracinha, como a gente fala, ou os materiais, o que é, como a gente tem dito tantas mil  
 692 vezes, é só um meio. O que tu quer fazer com a pracinha? Eu quero atender as crianças ali para  
 693 a gente poder ter uma outra forma de trabalhar a habilitação e a reabilitação dessas crianças.  
 694 Faltou o objetivo. Este é o objeto. Entende? As instituições sabem na ponta da língua o que  
 695 elas querem, só que, igual a nós, não colocamos no papel. **Paulo Francisco da Silva,**  
 696 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, sempre foi feito, o  
 697 CMDC sempre fez uma forma de auxiliar as instituições para facilitar. Então, nós nunca  
 698 pedimos tanto, a ação tem que combinar com a metodologia, que tem que combinar com a  
 699 meta quantitativa. A gente nunca fez isso tão a fundo. Agora que nós estamos começando a  
 700 pedir um pouco mais, porque está sendo exigido um pouco mais, a gente acaba também tendo  
 701 um outro olhar. Mas aí, se tu faz um projeto lá da RVS, da Maurício Sirotsky, da Petrobras, da  
 702 Renner, de qualquer outro lugar, tu não vai colocar que tu quer trocar só o teu telhado. Tu vai

703 mostrar o teu objeto real da tua atuação. Tinha até nos, acho que não se chamava CRAS  
704 também, mas se fazia nos centros comunitários também essas formações com os representantes  
705 das organizações sociais. Eu acho que vai ter que ser e impedir de chegar no SEI para a  
706 procuradora o que não está embasado, apenado por conselheiros. Nem deve subir. **Carolina**  
707 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
708 **(Topogigio) – Presidente:** Não sobe. A gente não está, pelo contrário, a gente está nas  
709 comissões, por exemplo, a gente está voltando quantas vezes forem preciso para a instituição  
710 poder arrumar. E quando tem cartas de captação antigas em que tem resgate agora, a  
711 combinação tem sido, e isso foi uma combinação, acho que muito correta da nossa parte, de  
712 voltar para cá para a gente poder arrumar o projeto. E aí a gente arruma o projeto, aí agora  
713 vamos solicitar o recurso e corre tranquilamente. Porque se não também, a cada resgate, a  
714 cada não sei o quê, ia ser uma novela mexicana de novo. E não precisa tudo isso. Então a  
715 gente para um pouquinho, resolve essa situação e depois toca de novo. Acho que fica bem  
716 mais tranquilo. Então, daí isso que ela tinha sugerido. Sobe um pouquinho, por favor. Ah, não,  
717 volta. Aí, ela colocou, ela me citou o artigo 3º ali, da 13.019, em que a atividade pequena, né?  
718 E aí ela questionou assim: quanto que é por parte da FASC, quanto que é por parte da OSC,  
719 quanto que é por parte do Fundo? Quanto que gasta para manter, para qualificar, para, né?  
720 Então, assim, poderia colocar até por níveis. Ela tinha dito assim: "Ah, nível da alimentação,  
721 manutenção, materiais e brinquedos". Eu acho que vem o... E aí depois também ali o projeto,  
722 realmente, que é o início, meio e fim, né? Pode subir. É isso. Então, assim, ali a gente também  
723 vai ter que pegar e pensar um pouquinho melhor este projeto ali, tá? E aí eu queria ver se a  
724 comissão de políticas também, na semana que vem, se pode se deter num grupo nisso, um  
725 grupo naquilo, mais ou menos o que a gente já estava fazendo, né? Para a gente poder tocar  
726 isso. O que eu pensei em relação aos editais? A gente pegar e fazer um edital, talvez ali,  
727 largando no final de dezembro. Pensem comigo: largando o edital no final de dezembro, 30  
728 dias no site que tem que estar, né? Então ele fica 30 dias, digamos, até final de janeiro. Aí a  
729 gente começa a receber a documentação a partir mais ou menos de 15 de fevereiro, porque o  
730 calendário é nosso, né? E a gente coloca ali: "Ah, quando é que o povo começa a voltar? 15 de  
731 fevereiro". E aí a gente deixa uns 20 dias, mais ou menos, para entrega de documentação do  
732 projeto e aí depois a gente começa a análise. Então vamos ver, vamos pensar essa questão  
733 depois quando é que a gente poderia lançar, porque eu pensei desses 30 dias mortos de janeiro  
734 ali a gente poder deixar para deixar no site. Tá? É isso?

735 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos  
736 Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia  
737 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.